



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Pregão Eletrônico Nº 017/2024-SRP

TERMO DE CONTRATO Nº 053/2025/DLCA

TERMO DE CONTRATO Nº 053/2025-DLCA, REF. PREGÃO ELETRÔNICO 017/2024-SRP QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU, POR INTERMÉDIO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE VISEU - FUNDEB E A EMPRESA A.P. DA SILVA COMERCIO DE PEÇAS NAUTICAS EIRELI.

O MUNICÍPIO DE VISEU, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, CNPJ nº 04.873.618/0001-17, com sede na Rua Dr. Lauro Sodré, s/nº, Centro, Viseu/Pará, representada legalmente pelo excelentíssimo Prefeito Municipal Sr. Cristiano Dutra Vale, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 2133957 PC/PA e CPF nº 330.964.732-34, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, em Convivência com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, através do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE VISEU - FUNDEB, CNPJ Nº 30.879.826/0001-33, sediada na Rua Lauro Sodré, 101, Centro, 68.620-000, Viseu/PA, representado neste ato pela Secretária Municipal de Educação, a Sr. Ângela Lima da Silva, brasileira, casada, funcionária pública municipal, portadora da Cédula de Identidade nº 3002103 e CPF nº 674.918.472-34, residente na Travessa Tiradentes, 5, Centro, 68.620-000, Viseu/PA, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado a empresa A.P. DA SILVA COMERCIO DE PEÇAS NAUTICAS EIRELI, CNPJ N.º 32.204.121/0001-41. Endereço: Estrada do Caixa Pará, 121, Levilândia, 67.015-520, Ananindeua/PA. Telefone: (91) 3207-9997/ (91) 98136-6967 / 99267-5394 / 98725-4769. E-mail: apnautica_financeiro@hotmail.com / apnautica_adm@hotmail.com. Representante legal: Sra. Alexsandra Pires da Silva, portadora da Cédula de Identidade nº 4143031 - SSP/PA e do CPF nº 740.778.722-00, residente e domiciliada na Conjunto Guajará 1 – We 60, 1372, Ananindeua/PA, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, têm justo e contratado o seguinte:

CLÁSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. O objeto do presente instrumento é o Fornecimento de Peças e acessórios de ônibus, para atender o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação de Viseu - FUNDEB que compõe a esfera administrativa do Município de Viseu/PA, nas condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência.

1.2. Itens contratados:

FUNDEB						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VAL. UNITÁRIO	VAL TOTAL
002	ALTERNADOR ONIBUS VW/15.190 EOD ANO 2009-2012	BOSCH	05	UNID.	R\$ 1.900,00	R\$ 9.500,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

014	BANCO DE MOTORISTA MICROONIBUS MARCOPOLO/VOLARE V8L EO ANO 2012	INDUSPAR	04	UNID.	R\$ 1.754,00	R\$ 7.016,00
017	BARRA DE DIREÇÃO ESQUERDO IVECO/CITYCLASS - ANO - 2011-2012	NAKATA	06	UNID.	R\$ 893,13	R\$ 5.358,78
020	BARRA DE DIREÇÃO MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO ANO 2020	NAKATA	04	UNID.	R\$ 876,15	R\$ 3.504,60
028	BLOCO MOTOR MICROONIBUS MARCOPOLO/VOLARE V8L EO ANO 2012	CRALP MOTORS	04	UNID.	R\$ 8.345,85	R\$ 33.383,40
034	BOMBA D'ÁGUA ONIBUS VW/15.190 EOD ANO 2009-2012	INDISA	06	UNID.	R\$ 946,26	R\$ 5.677,56
036	BOMBA D'ÁGUA MICROONIBUS VW/NEOBUS TH O ANO 2020	INDISA	04	UNID.	R\$ 1.267,62	R\$ 5.070,48
038	BOMBA DE ALTA MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO - 2011-2012	BOSCH	04	UNID.	R\$ 2.557,00	R\$ 10.228,00
039	BOMBA DE ALTA ONIBUS VW/15.190 EOD ANO 2009-2012	BOSCH	04	UNID.	R\$ 4.677,00	R\$ 18.708,00
053	BOMBA HIDRAULICA MICROONIBUS MARCOPOLO/VOLARE V8L EO ANO 2012	ZF	07	UNID.	R\$ 1.830,00	R\$ 12.810,00
054	BOMBA HIDRAULICA MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO ANO 2020	ZF	03	UNID.	R\$ 1.730,00	R\$ 5.190,00
070	CABEÇOTE MOTOR MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO - 2011-2012	MWM	05	UNID.	R\$ 3.715,00	R\$ 18.575,00
071	CABEÇOTE MOTOR MICROONIBUS MARCOPOLO/VOLARE V8L EO ANO 2012	MWM	04	UNID.	R\$ 3.822,96	R\$ 15.291,84
073	CABO DA ALAVANCA DO CAMBIO MICROONIBUS MARCOPOLO/VOLARE V8L EO ANO 2012	CABOVEL	06	UNID.	R\$ 924,00	R\$ 5.544,00
076	CAIXA DE MACHA MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO - 2011-2012	ISAPA	03	UNID.	R\$ 12.223,00	R\$ 36.669,00
078	CAIXA DE SATÉLITE COMPLETA IVECO/CITYCLASS - ANO - 2011-2012	MAXGEAR	05	UNID.	R\$ 1.845,40	R\$ 9.227,00
082	CARÇA DE EIXO TRASEIRO MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO - 2011-2012	BRASMAN	05	UNID.	R\$ 3.967,49	R\$ 19.837,45
083	CARÇA DE EIXO TRASEIRO MICROONIBUS MARCOPOLO/VOLARE V8L EO ANO 2012	BRASMAN	04	UNID.	R\$ 3.967,49	R\$ 15.869,96
103	CILINDRO MESTRE MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO ANO 2020	TRW	03	UNID.	R\$ 1.041,91	R\$ 3.125,73



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

122	CONJ. SINC. 1ª E 2ª VELOC. MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	EATON	05	UNID.	R\$ 2.031,09	R\$ 10.155,45
131	CONJ. SINC. 5ª E 6ª VELOC. MICROONIBUS MARCOPOLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	EATON	04	UNID.	R\$ 1.635,32	R\$ 6.541,28
132	CONJ. SINC. 5ª E 6ª VELOC. ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	EATON	11	UNID.	R\$ 1.767,93	R\$ 19.447,23
133	CONJ. SINC. 5ª E 6ª VELOC. MICROONIBUS MARCOPOLO/VOLARE ACCESS EO ANO 2020	EATON	03	UNID.	R\$ 1.600,24	R\$ 4.800,72
134	COROA E PIÃO DO DIFERENCIAL ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	LUBI	05	UNID.	R\$ 2.467,44	R\$ 12.337,20
135	COROA E PINHÃO MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	LUBI	04	UNID.	R\$ 2.011,85	R\$ 8.047,40
167	EIXO PILOTO CAIXA DE MARCHA MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	NAKATA	08	UNID.	R\$ 2.332,19	R\$ 18.657,52
168	EIXO PILOTO CAIXA DE MARCHA MICROONIBUS MARCOPOLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	NAKATA	04	UNID.	R\$ 1.214,00	R\$ 4.856,00
170	EIXO VIRABREQUIM MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	NAKATA	08	UNID.	R\$ 2.168,00	R\$ 17.344,00
171	EIXO VIRABREQUIM MICROONIBUS VW/NEOBUS TH O ANO 2020	NAKATA	03	UNID.	R\$ 3.891,42	R\$ 11.674,26
172	EIXO VIRABREQUIM MICROONIBUS MARCOPOLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	NAKATA	04	UNID.	R\$ 3.458,76	R\$ 13.835,04
173	EIXO VIRABREQUIM MICROONIBUS MARCOPOLO/VOLARE ACCESS EO - ANO 2020	NAKATA	03	UNID.	R\$ 3.997,46	R\$ 11.992,38
174	EIXO VIRABREQUIM ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	NAKATA	09	UNID.	R\$ 4.580,91	R\$ 41.228,19
197	FEIXE DE MOLA DIANTEIRA MICROONIBUS MARCOPOLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	OBENAU	04	UNID.	R\$ 2.151,66	R\$ 8.606,64
198	FEIXE DE MOLA DIANTEIRA MICROONIBUS MARCOPOLO/VOLARE ACCESS EO - ANO 2020	OBENAU	05	UNID.	R\$ 3.022,85	R\$ 15.114,25
201	FEIXE DE MOLA TRASEIRO MICROONIBUS MARCOPOLO/VOLARE ACCESS EO - ANO 2020	OBENAU	05	UNID.	R\$ 2.971,00	R\$ 14.855,00
203	FEIXE DE MOLA DIANTEIRO ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	OBENAU	09	UNID.	R\$ 2.192,10	R\$ 19.728,90



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

205	FEIXE DE MOLA TRASEIRO ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	OBENAU S	09	UNID.	R\$ 3.034,60	R\$ 27.311,40
214	HIDROVACUO MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	CNH	03	UNID.	R\$ 1.116,05	R\$ 3.348,15
215	INTERCULE MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	CNH	03	UNID.	R\$ 1.730,00	R\$ 5.190,00
226	JG DE JUNTA DO MOTOR COMPLETO MICROONIBUS MARCOPOLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	EATON	04	UNID.	R\$ 1.008,15	R\$ 4.032,60
227	JG DE JUNTA DO MOTOR COMPLETO ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	EATON	04	UNID.	R\$ 1.230,00	R\$ 4.920,00
241	KIT DE EMBREAGEM MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	LUK	06	UNID.	R\$ 2.046,00	R\$ 12.276,00
242	KIT DE EMBREAGEM MICROONIBUS VW/NEOBUS TH O - ANO 2020	LUK	04	UNID.	R\$ 2.866,08	R\$ 11.464,32
243	KIT DE EMBREAGEM MICROONIBUS MARCOPOLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	LUK	04	UNID.	R\$ 1.832,03	R\$ 7.328,12
244	KIT DE EMBREAGEM MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO - ANO 2020	LUK	04	UNID.	R\$ 2.724,99	R\$ 10.899,96
245	KIT DE EMBREAGEM MICROONIBUS VW/NEOBUS TH O - ANO 2020	LUK	04	UNID.	R\$ 2.184,71	R\$ 8.738,84
246	KIT DE EMBREAGEM ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	LUK	09	UNID.	R\$ 3.372,23	R\$ 30.350,07
247	KIT DO MOTOR CAM. ANEL. PIST. VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012 (OBS: 4P/CADA MOTOR)	LUK	20	UNID.	R\$ 1.204,36	R\$ 24.087,20
296	MODULO DO MOTOR MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	BRASMAN	03	UNID.	R\$ 2.350,47	R\$ 7.051,41
297	MODULO DO MOTOR ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	BRASMAN	05	UNID.	R\$ 3.000,60	R\$ 15.003,00
298	MOTOR DE PARTIDA MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	BOSCH	04	UNID.	R\$ 1.975,39	R\$ 7.901,56
299	MOTOR DE PARTIDA MICROONIBUS VW/NEOBUS TH O - ANO 2020	BOSCH	04	UNID.	R\$ 1.496,79	R\$ 5.987,16
300	MOTOR DE PARTIDA MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO - ANO 2020	BOSCH	04	UNID.	R\$ 1.348,19	R\$ 5.392,76
302	PARABRISA MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	NAC	05	UNID.	R\$ 1.799,35	R\$ 8.996,75
303	PARABRISA MICROONIBUS VW/NEOBUS TH O - ANO 2020	NAC	03	UNID.	R\$ 1.827,36	R\$ 5.482,08



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

304	PARABRISA ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	NAC	08	UNID.	R\$ 1.818,02	R\$ 14.544,16
305	PARABRISA TRASEIRO MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	NAC	05	UNID.	R\$ 1.818,02	R\$ 9.090,10
316	PEDAL DO ACELERADOR MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	SYL	03	UNID.	R\$ 2.410,00	R\$ 7.230,00
341	RADIADOR ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	VISCONDE	09	UNID.	R\$ 3.119,45	R\$ 28.075,05
384	RODA ARO 20 ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	CNH	15	UNID.	R\$ 1.770,00	R\$ 26.550,00
404	ROLAMENTO DOS CUBOS DE RODAS DIANTEIRA MICROONIBUS VW/NEOBUS TH O - ANO 2020	SKF	06	UNID.	R\$ 940,00	R\$ 5.640,00
405	ROLAMENTO DOS CUBOS DE RODAS DIANTEIRA MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO - ANO 2020	SKF	09	UNID.	R\$ 788,63	R\$ 7.097,67
409	SEMI EIXO DIREITO ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	NAKATA	05	UNID.	R\$ 2.220,00	R\$ 11.100,00
410	SEMI EIXO ESQUERDO ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	NAKATA	05	UNID.	R\$ 2.330,00	R\$ 11.650,00
411	SEMI EIXO TRASEIRO MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	NAKATA	11	UNID.	R\$ 1.730,00	R\$ 19.030,00
413	SEMI EIXO TRASEIRO MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO - ANO 2020	NAKATA	04	UNID.	R\$ 1.316,83	R\$ 5.267,32
417	SENSOR DO EIXO VIRABREQUIM MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	BLAUSS	03	UNID.	R\$ 1.080,00	R\$ 3.240,00
433	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO MICROONIBUS MARCOPOLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	DURAMAX	09	UNID.	R\$ 1.290,00	R\$ 11.610,00
434	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO - ANO 2020	DURAMAX	05	UNID.	R\$ 1.212,00	R\$ 6.060,00
TOTAL						R\$ 851.753,94

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação;
- b) A Proposta do Contratado;
- c) Eventuais anexos dos documentos supracitados

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor total deste contrato é de **R\$ 851.753,94** (Oitocentos e cinquenta e um mil, setecentos e cinquenta e três reais e noventa e quatro centavos).



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Este contrato origina-se no processo de nº 017/2024, na modalidade PREGÃO e fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 3 (três) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Parágrafo único. O prazo acima poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da CONTRATADA, durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Parágrafo único. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5.1. O prazo de vigência deste Contrato será de **04/02/2025 à 31/12/2025**, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

Parágrafo único. O período acima poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

6.1. São obrigações da CONTRATANTE:

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

II - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

III - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

IV - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

V - Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

VI - Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

VII - Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

VIII - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

IX - A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

II - Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

III - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, Lei 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

IV - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

V - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VI - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

VIII - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

IX - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

X - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

XI - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

XII - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

XIII - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XIV - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

XV - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

7.2. É vedado à CONTRATADA:

I - A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE durante a vigência deste Contrato;

II - A veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e

III - A subcontratação de outra empresa para o fornecimento do produto objeto deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.3. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

I - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

II - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

III - O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

CLÁUSULA NONA - DA DESPESA

9.1. A despesa com o fornecimento do produto de que trata o objeto, está a cargo da dotação orçamentária:

Exercício 2025:

0909 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO-FUNDEB

12 361 0019 2.035 MANUTENÇÃO E AQUISIÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – FDB

3.3.90.30.00 Material de Consumo

4.4.90.52.00 Equipamentos e material permanente

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pelo CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta-corrente ou cheque nominal ao fornecedor no prazo de 30 (Trinta) dias contados da apresentação dos documentos junto a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

10.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Parágrafo único. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos fornecidos não estiverem em perfeitas condições de consumo ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

10.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

10.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.8. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo único. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27 de janeiro de 2025.

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do IPCA, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

12.5. Caso o IPCA venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

I - Der causa à inexecução parcial do contrato;

II - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Der causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

IX - Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 13.1 deste Edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 13.1 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

IV - Multa:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

b) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º).

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

I - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

II - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

16.1. Fica eleito o Foro da cidade de VISEU, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

16.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

VISEU-PA, 04 de fevereiro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
CNPJ nº 04.873.618/0001-17
CRISTIANO DUTRA VALE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CONTRATANTE

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO
DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE VISEU - FUNDEB

CNPJ N.º 30.879.826/0001-33

ÂNGELA LIMA DA SILVA

CONTRATANTE

A.P. DA SILVA COMERCIO DE PEÇAS NAUTICAS EIRELI

CNPJ N.º 32.204.121/0001-41

ALEXSANDRA PIRES DA SILVA

CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____

2. _____